

RECURSO ESPECIAL Nº 1.761.038 - TO (2018/0211992-4)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : **MARCOS CARDOSO DOS SANTOS**
ADVOGADO : **RANIERY ANTONIO RODRIGUES DE MIRANDA E OUTRO(S) - TO004018**
RECORRENTE : **MUNICÍPIO DE ITAGUATINS**
ADVOGADOS : **JUVENAL KLAYBER COELHO - TO000182A**
DARLAN GOMES DE AGUIAR E OUTRO(S) - TO001625
RECORRIDO : **OS MESMOS**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DO DEVEDOR. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. PRESCRIÇÃO. MARCO TEMPORAL INICIAL. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, NÃO PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo Município de Itaguatins, com fundamento no artigo 105, III, “a”, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, assim ementado (fls. 145-158, e-STJ):

EMENTA: APELAÇÕES. EMBARGOS À EXECUÇÃO. TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL. SENTENÇA COLETIVA. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA. PRESCRIÇÃO NÃO VERIFICADA. QUITAÇÃO DA DÍVIDA NÃO COMPROVADA. ÔNUS DO INSURGENTE. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. MAJORAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSOS IMPROVIDOS.

1. É de cinco anos o prazo prescricional para ajuizamento de execução individual de sentença proferida em ação civil pública, nos termos do artigo 1º do Decreto nº 20.910, de 1932, contado a partir do trânsito em julgado da sentença, consoante entendimento do Superior Tribunal de Justiça.
2. Não tendo sido comprovado pelo devedor o pagamento do crédito executado, ônus que lhe competia, mantém-se a rejeição dos embargos.
3. Considerando o grau de zelo do profissional, a natureza e a importância da causa, o trabalho realizado pelo patrono da parte vencedora e o tempo exigido para seu serviço, mantém-se os honorários de sucumbência, fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da execução.
4. Recursos conhecidos e improvidos.

Sem embargos de declaração.

O recorrente em suas razões alega, inicialmente, violação do art. 489, I, II, IV e V, do CPC/2015, ao argumento de que a Corte local incorreu em ausência de fundamentação em sua decisão, uma vez que deveria ter aplicado o que dispõe o Decreto nº 4.597/1942 (art. 3º), "o qual determina que, em caso de processos judiciais, a prescrição corre pela metade em razão da sentença nela proferida (último ato processual)" (fl. 194, e-STJ).

Quanto à questão de fundo, sustenta ofensa ao artigo 3º do Decreto 4.597/1942, ao argumento de que deve ser reconhecida a prescrição, vez que o exequente confessou

que tomou ciência da sentença em 09/09/2010, que seria o último ato processual, tendo o trânsito em julgado ocorrido nesta mesma data. Logo, como a execução embargada fora ajuizada em 08/09/2015, estaria prescrita.

Ao final, requer o provimento do recurso, a fim de reformar a "parte da sentença que não reconhece a prescrição prevista no Decreto n. 4.597/1942" (fl. 195, e-STJ).

Com contrarrazões às fls. 213-217, e-STJ.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 232-234, e-STJ.

É o relatório. Passo a decidir.

Cuida-se, na origem, de apelações interpostas, primeiramente, pelo Município de Itaguatins/TO, e, posteriormente, por Marcos Cardoso dos Santos, em face da sentença proferida pelo MM. Juiz de Direito da 1ª Escrivania Cível de Itaguatins/TO, nos autos dos Embargos à Execução nº 0001019-68.2015.827.2724, em que o Julgador *a quo* julgou improcedentes os Embargos do Devedor manejados pelo município em tela, condenando-o em custas e honorários advocatícios, arbitrados em 10% (dez por cento) do valor da execução (proveito econômico obtido, art. 85, §3º, I, CPC).

De início, afasta-se a alegada ofensa ao artigo 489, I, II, IV e V, do CPC/2015, pois a Corte de origem prestou a tutela jurisdicional por meio de fundamentação jurídica que condiz com a resolução do conflito de interesses apresentado pelas partes, havendo pertinência entre os fundamentos e a conclusão do que decidido. A aplicação do direito ao caso, ainda que através de solução jurídica diversa da pretendida por um dos litigantes, não induz negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

No mais, a insurgência não merece prosperar. Isso porque o Tribunal de origem assim manifestou-se (fls. 151-155, e-STJ):

Primeiramente, no que tange à prescrição, alegada pelo Município de Itaguatins/TO, verifica-se a sua não ocorrência no presente caso, senão vejamos.

É cediço que o prazo prescricional das execuções individuais de sentença proferida em ação coletiva é quinquenal, nos termos do artigo 1º do Decreto no 20.910, de 1932, contado a partir do trânsito em julgado da sentença proferida em ação civil pública.

Ademais, conforme bem destaca a Súmula 150 do Supremo Tribunal Federal, "prescreve a execução no mesmo prazo de prescrição da ação.

[...]

No presente caso, o trânsito em julgado da sentença homologatória se deu na data de 9/9/2010, sendo o prazo final para a propositura da ação executória a data de 9/9/2015. Como a ação executória foi ajuizada em 8/9/2015, não há que se falar em prescrição do direito, de acordo com o entendimento esposado pelo Superior Tribunal de Justiça.

Por outro lado, importa ressaltar que conforme a teoria *actio nata* (ação ajuizável), o termo *a quo* do prazo prescricional dependerá da aferição do momento em que o titular do direito teve ciência da lesão ao seu direito subjetivo.

[...]

Dessa forma, com base nessa teoria, no presente caso poder-se-ia ainda tomar como termo *a quo* do prazo prescricional da execução individual, a data de 6/8/2013 (DJ no 3.164, de 6/8/2013), data em que o exequente - titular do direito - teve ciência da lesão ao seu direito subjetivo, onde restou publicado o edital de intimação para as partes executarem individualmente o seu crédito, tendo em vista o inadimplemento do acordo de pagamento por parte do Município de Itaguatins.

Assim, o prazo final para manejo da ação, por essa tese, dar-se-ia em

06/08/2018.

Portanto, de igual forma, também por esse vértice, não ocorreu a prescrição, pois, no caso, ação foi ajuizada antes de transcorrido os cinco anos previstos para tal mister (ação ajuizada em 08/09/2015).

Noutro giro, no que tange ao questionamento, por parte do Município, quanto à aplicação do prazo prescricional previsto no Decreto-Lei nº 4.597, que dispõe quanto à ocorrência de prescrição em metade do prazo, uma vez que interrompida, igualmente não prospera a alegação de ocorrência, senão vejamos.

Por esta análise, considerando que a decisão intimando os beneficiários, para execução dos débitos de forma individual, ante a inadimplência do acordo, foi proferida em 09/05/2013, com a intimação da parte por meio de edital publicado na data de 6/8/2013 (DJ nº 3.164, de 6/8/2013) e que o ajuizamento da presente execução ocorreu em 08/09/2015, de rigor o reconhecimento de que, igualmente, não decorreu o prazo prescricional de dois anos e meio, conforme faz crer o Município Apelante.

Assim sendo, por qualquer ângulo que se analise a questão em apreço, tem-se que a pretensão deduzida na ação executória não está fulminada pela prescrição, tendo em vista que o transcurso de lapso temporal não ultrapassou cinco anos, seja contado do trânsito em julgado da sentença homologatória (9/9/2010), seja da data em que o titular do direito teve ciência da lesão ao seu direito subjetivo (6/8/2013), seja, ainda, levando-se em consideração a prescrição contada pela metade a partir da data da ciência da lesão (ciência do ato em 6/8/2013 e ajuizamento da execução em 08/09/2015).

[...]

Lado outro, no que tange à alegação de quitação total da dívida ora executada, através do processo físico n 2008.0009.4932-5, verifica-se que tal alegação não merece acolhida, haja vista estar desacompanhada de provas neste sentido.

[...]

Acerca de tal conclusão, a de que o prazo prescricional iniciou-se em 09/05/2013 - que seria o último ato processual que determinou a execução individual-, constata-se que a alteração de tal entendimento, a fim de reputar incorreta a data considerada, na forma como proposta pelo insurgente, demanda, necessariamente, a revisão do acervo fático-probatório dos autos, providência vedada na via do especial pelo teor da Súmula 7/STJ.

No mesmo sentido: AgInt nos EDcl no REsp 1.338.059/PR, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 29/5/2017.

Ante o exposto, **conheço parcialmente do recurso especial** e, nessa extensão, nego-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator